

Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos

Ricardo Luiz Chagas Amorim*

Economista formado pela FEA-USP, Mestre pelo
IE-Unicamp e Professor da UNISANTA (SP)
e da UNAERP (SP)

Resumo

Durante os anos 60, na macroeconomia, as idéias de John Hicks venceram facilmente o debate político e acadêmico. No entanto, já nos anos 70, a resposta oferecida por essa teoria não conseguia explicar uma realidade de inflação e desemprego. A partir dessas dificuldades, nasceu a escola novo-clássica, baseada em uma nova maneira de pensar a economia, utilizando, para isso, idéias de Walras. Rapidamente e por sua vez, tal escola recebeu duras críticas de uma legião de outros autores chamados (imprecisamente) de novos-keynesianos. Todavia, algo chama a nossa atenção: esses mesmos críticos tinham muita coisa em comum com os novos-clássicos que eles pretendiam superar. Nosso objetivo neste trabalho é estudar essas duas escolas de pensamento econômico, enfatizando os conceitos de racionalidade e equilíbrio. Essa discussão é importante, pois essas escolas são chamadas de "mainstream" econômico e, hoje, dominam, pelo menos em retórica, academias, governos, imprensa e institutos internacionais.

Palavras-chave

Novos-clássicos; novos-keynesianos; expectativas racionais; market-clearing; equilíbrio; racionalidade; ideologia.

* O autor agradece aos Professores Marcio Pochmann e Alcides Goulart pelos comentários e, em especial, a André Lourenço pela paciência e discussão. Quaisquer erros ou omissões que restarem são de exclusiva responsabilidade do autor.

Abstract

During the 60s, in macroeconomics, the John Hicks's ideas won easily the political and academic debate. But, already in the 70s, the answer offered by this theory do not get explain a reality of inflation and unemployment. From these difficulties, borned the new-classical school, with a new way of thinking economic supported by Walras's ideas. In spite of this, soon these economists received hard critique from a legion of authors (imprecisely) called new-keynesian. Nevertheless, a thing calls our look: these criticizians has many things in common with the new-classical that they want to supplant. Our objective in this article is study this two schools of economic thought, emphasizing the concepts of rationality and equilibrium. This discussion is important because those schools are called mainstream economics and, today, domain, perhaps in rhetoric, the academies, government, press and international instituts.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 11.05.01.**

*“(...) a Economia é uma arte da persuasão (...) e a eficácia da argumentação freqüentemente **não depende de evidências ou da lógica.**”*

Arjo Klamer (1988)

1 - Introdução

A voracidade do capitalismo pareceu, nos anos que se seguiram a II Grande Guerra, um pesadelo da História, uma época negra, ultrapassada, dona de algumas das maiores catástrofes humanas. Na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram anos seguidos, quase uma geração, onde o nível de vida dos trabalhadores, o progresso tecnológico e o crescimento da economia permitiram que chamássemos estes de “Anos Dourados”. Mesmo na periferia capitalista, os mais importantes países conseguiram altas taxas de crescimento econômico, baseados no mercado interno e na indústria.

Todavia, ao fim dos anos 60, quando as bases materiais e técnicas de reprodução do sistema capitalista pareciam mais fortes, o modelo teimava em desmoronar. O crescimento econômico desacelerou-se, e os problemas sociais, que pareciam ter sido resolvidos, voltaram à cena: aumento da desigualdade social, desemprego e insatisfação política. Não se tratava de uma crise conjuntural. Na verdade, estávamos diante de uma transformação irremediável. Vivíamos: (a) uma revolução tecnológica de grandes proporções, ainda hoje em andamento; e (b) um processo de globalização, principalmente financeira, que enfraqueceria instituições sólidas e reduziria o poder dos Estados nacionais.

Nessa conturbada realidade de crise e mudança, as críticas ao pensamento econômico neokeynesiano — então reinante — e ao intervencionismo estatal ganharam espaço, engendrando o neoliberalismo¹ como alternativa ao acuado pensamento hegemônico (Hobsbawn, 1996). Questões como o desenvolvimento cederam lugar à busca pela estabilidade econômica. Propostas industrialistas foram duramente criticadas.

¹ É difícil falarmos dos neoliberais sem matizá-los em tendências várias. Porém, dado nosso objetivo aqui, assumiremos que eles seguem, ou pelo menos pregam, os princípios extraídos da reunião realizada em janeiro de 1993, em Washington, conhecidos como Consenso de Washington. Para maiores detalhes, ver Fiori (1997).

Era inevitável, portanto, que os neokeynesianos perdessem força, e sua teoria, prestígio. As respostas que ofereciam não encontravam mais respaldo na realidade de inflação e desemprego, e as críticas passaram a ganhar força e ouvidos que as escutassem. Das dificuldades da ortodoxia nasceu e consolidou-se a escola Novo-Clássica, uma nova maneira de pensar a macroeconomia, resgatando idéias de Walras e de outros clássicos do *mainstream*. Porém, logo, também seus problemas levaram à crítica e ao nascimento de uma terceira maneira de pensar a economia. Surgia uma legião de autores sob um guarda-chuva nada homogêneo, chamados de novos-keynesianos. Essas duas escolas econômicas contemporâneas serão o nosso objeto.

Estudaremos, em primeiro lugar, o ambiente onde o debate se desenvolveu. Em seguida, vamos resgatar, analiticamente, cada uma delas, observando suas semelhanças e diferenças. Com isso, teremos os instrumentos necessários para discutirmos mais a fundo a visão de cada uma sobre o critério de racionalidade e o conceito de equilíbrio e, para concluir, os problemas derivados dessa visão.

2 - A história do momento

Para entendermos o debate econômico atual, é necessário conhecermos como chegamos a ele. Nesse sentido, pensar historicamente é um bom começo.

Logo no pós-guerra, é importante notar, a produção industrial realizada por filiais de empresas estrangeiras havia se expandido notavelmente no mundo. A busca de maior rentabilidade fora dos limites nacionais liderada pelos Estados Unidos nos anos 50 foi logo acompanhada pelas companhias européias, acirrando a competição internacional, o comércio intrafirma e a transformação tecnológica.

Mas, no fim dos anos 60 e início dos 70, uma crise desenhou-se no horizonte. Talvez uma baixa cíclica, pois os avanços tecnológicos, a eficiência nunca vista das empresas, as novidades nas telecomunicações, os transportes e a ação estatal na economia levavam a crer que agora o capitalismo deveria ser muito mais estável do que no passado, certo? Infelizmente, não. Na verdade, muitas e profundas seriam as transformações. Não se tratava de baixa momentânea, tratava-se, isto sim, de um processo de transformação ou renovação do próprio capitalismo (Hobsbawn, 1996). Caminhávamos, na época, a passos largos em direção à globalização, principalmente financeira.

Gestava-se um sistema financeiro integrado mundialmente, nascido com a crise do padrão monetário internacional, fruto do envolvimento do Governo norte-americano em conflitos regionais, como a Guerra do Vietnã, seus déficits

no balanço de pagamentos e a perda de competitividade da indústria estadunidense². Tal cenário criou desconfiança e instabilidade monetária internacional, que, somada à competição dos países centrais, conduziu o Governo dos Estados Unidos a optar por uma política de câmbio flutuante, pondo fim ao Acordo de Bretton Woods, que conferia ao dólar, fixado em ouro, o papel de moeda internacional, a partir da qual as demais fixavam suas cotações.

Porém os efeitos foram opostos aos esperados pelo Governo dos Estados Unidos. O câmbio flexível levou à fuga dos capitais de curto prazo e a problemas sobre preços e salários (Tavares, 1992), valorizou lentamente o marco e o yene e aumentou a especulação contra o dólar. A especulação reforçou os movimentos em direção a um novo mercado nascido a partir dos bancos britânicos que operavam **em dólares**, através das contas das multinacionais norte-americanas. A fim de também operar o mercado de eurodólares, os bancos estadunidenses logo migraram para a *City*. Esse movimento significou a criação de um mercado interbancário **privado** de dólares, que escapava à vigilância e às regulações dos bancos centrais (Chesnais, 1996). Enfim, era o embrião dos poderosos mercados financeiros atuais.

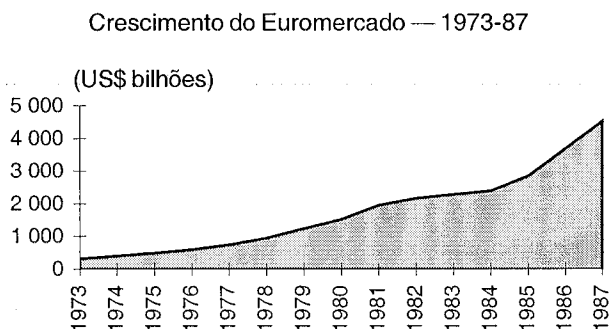
Frente a esse cenário instável, os ajustes macroeconômicos tentados pelos diversos países, longe de controlar os problemas, levaram a períodos de estagflação marcada por oscilações bruscas na renda, no comércio e no movimento de capitais.

No fim dos anos 70, com a chegada do Sr. Paul Volcker ao Banco Central dos Estados Unidos, uma série de medidas foram tomadas no sentido de desregular a entrada e saída de capitais e de combater a inflação. Os mecanismos monetários baseados na elevação dos juros iniciaram a “diplomacia do dólar forte” (Tavares, 1992). O impacto das **altas taxas de juros** e da **desregulamentação**³ foi uma enorme entrada de capitais na economia norte-americana e a respectiva valorização da moeda estadunidense, um movimento que teve de ser acompanhado pelos demais países, gerando uma alta mundial da taxa de juros e a desaceleração do crescimento econômico.

² A perda de competitividade da indústria estadunidense esteve intimamente ligada aos movimentos de política econômica. Com os preços das principais matérias-primas fixados em dólar, uma política monetária e fiscal frouxa, somada à inexistência de uma política industrial, permitiu que a estrutura produtiva estadunidense permanecesse em seu atraso relativo (Chesnais, 1996).

³ A desregulamentação foi acompanhada de perto pela desintermediação financeira, ou seja, o fato de tesouros e grandes empresas passarem a se financiar fora das redes bancárias através da compra e venda de títulos aos investidores institucionais: Fundos de Pensão, companhias de seguro e fundos mútuos de investimento. Os negócios entre os tomadores e os novos investidores institucionais tornaram fluidos mercados que antes eram estanques: títulos públicos, câmbio, opções de compra, futuros, etc.

Gráfico 1



FONTE: CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Edição francesa de 1994.

Com menor atividade econômica, o pouco dinheiro e os déficits orçamentários pressionaram os países centrais na busca de novas fontes de financiamento. Esse momento propício levou muitos governos a também desregular a entrada e saída de capitais, o que lhes permitia captar recursos não apenas no mercado interno como antes, mas agora também no resto do mundo. Uma ação extremamente facilitada pela transnacionalização dos bancos e das instituições financeiras. Na verdade, era um círculo vicioso: “(...) quanto mais se aprofundaram os déficits orçamentários, mais aumentou a parte dos orçamentos reservada para o serviço da dívida pública, mais forte se tornou sua pressão sobre os governos” (Chesnaix, 1996, p. 259). E, para financiarem seus gastos, como parte crescente do orçamento estava comprometida, mais os governos precisavam captar recursos.

Ao mesmo tempo em que se consolidava a globalização financeira, as instabilidades geraram importantes movimentos no setor industrial. Desde o primeiro choque do petróleo e frente à “diplomacia do dólar forte”, o Japão ajustou drasticamente sua economia e sua indústria (Tavares, 1992). Porém não através de uma ação recessiva, mas, sim, por meio de uma transformação deliberada, estrategicamente baseada na tecnologia microeletrônica e na eficiência interna das plantas produtivas. Os ganhos permitiram ao país exportações capazes de sustentar sua demanda agregada e, ainda, de adquirir fortes superávits comerciais. A Alemanha, embora um pouco mais tarde, passou também por um programa de reestruturação industrial planejado e de longo prazo. Essas transformações, juntamente com a política de liberação comercial e a

valorização do dólar, resultaram em superávits crescentes para ambos os países⁴ (Tavares, 1992).

Essa transformação, contudo, não se resumiu aos espaços nacionais desses países. Para que as estratégias funcionassem, era necessário ganhar espaço no mercado internacional, o que aumentava a competição e impulsionava a transnacionalização dos bancos.⁵

3 - O debate econômico

3.1 - A hegemonia neokeynesiana no pós-guerra

O mundo que observamos no pós-guerra era, na verdade, um mundo em reconstrução. Primeiro, reconstrução dos países atingidos pelo conflito e, segundo, pela esperança de construção do desenvolvimento e da independência por parte dos países da periferia capitalista.

Nesse ambiente, as teorias e os debates econômicos davam-se em torno de construções e idéias que tinham como referência a matriz keynesiana⁶, fosse para partilha de pressupostos ou da crítica. Era o período da corrente neokeynesiana que, partilhando alguns pressupostos da **Teoria Geral** de Keynes, transmitia uma mensagem otimista: o mercado tinha falhas que traziam problemas de grande monta às nações, todavia a intervenção governamental, na direção oposta ao problema, poderia corrigir tais falhas e guiar a economia no caminho do crescimento e da estabilidade. A influência e o poder dessa escola econômica eram nítidos nos anos 60.

O otimismo de seus economistas vinha da confiança em seu instrumental analítico fundamentado no modelo IS-LM formulado por Alvin Hansen e John Hicks. Tal modelo construía duas curvas, uma IS e outra LM, sobre dois eixos cartesianos: um representando a taxa de juros na economia; e outro, o produto real ou gastos (Figura 1). A curva IS representa os gastos no setor real da

⁴ Mesmo com a desvalorização do dólar imposta pelo FED em 1985. As reações foram variadas, mas suficientes para manter a tendência descrita.

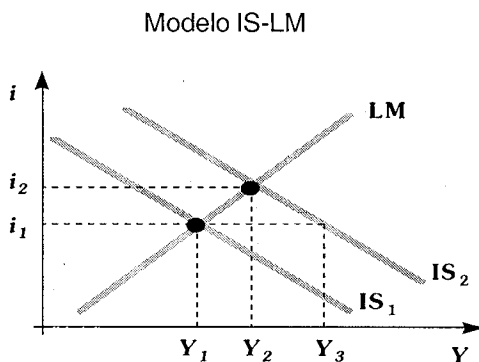
⁵ Com a revolução tecnológica em andamento, foi se tornando claro que a dispensa de mão-de-obra, que chegou a níveis espetaculares, alcançando mesmo ramos em expansão, não era um fenômeno cíclico, mas, sim, estrutural: os empregos não mais retornariam, as vagas não voltariam a ser abertas (Hobsbawn, 1996). O capital organizado, sob dominância financeira, questionou e pressionou o trabalho organizado, que, na defensiva, perdeu poder e representação. O resultado inevitável foi a redução da segurança nas relações de trabalho, começando pela manutenção do emprego e da renda, indo até a representação do trabalho.

⁶ Ver Keynes (1983); ver, ainda, a apresentação ao livro escrita pelo Professor Adroaldo Moura da Silva.

economia, e, como era de se esperar, esses gastos se reduzem conforme aumenta a taxa de juros. Por outro lado, a curva LM representa o equilíbrio no mercado de moeda, tendo como dada a oferta monetária e o nível de preços: um aumento da renda, ao elevar a demanda por moeda, exige que a taxa de juros suba *pari passo*, a fim de manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda real por moeda. Portanto, do encontro dessas duas curvas obtínhamos o equilíbrio nos setores real (curva IS) e monetário (curva LM), formando um modelo quase completo de demanda agregada em uma economia fechada.

A eficácia da política fiscal em alterar situações indesejáveis de recessão e desemprego ficava patente nesse modelo. Bastava para isso que o Governo aumentasse suas despesas, deslocando a curva IS da posição 1 para a posição 2. O resultado final era um crescimento da renda devido à política fiscal expansionista.

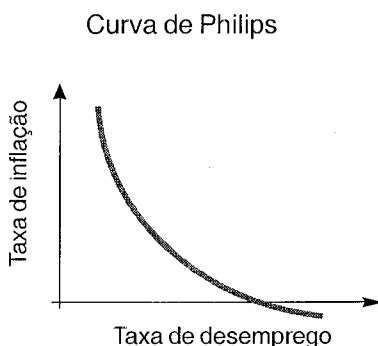
Figura 1



Com relação à determinação do nível de preços, os neokeynesianos logo adotaram a Curva de Philips⁷, uma curva que relacionava inversamente e de maneira estável inflação e desemprego (Figura 2). A partir dela, os economistas neokeynesianos passaram a acreditar ser possível, por meio de políticas econômicas, deslocar-se ao longo da Curva de Philips, escolhendo apenas a combinação desejada entre inflação e desemprego: os desajustes, ou seja, a existência de desemprego e inflação, passaram a ser justificados através das falhas de mercado, institucionalizadas através dos contratos de trabalho, de sindicatos fortes e de desníveis entre qualificações disponíveis e necessárias à economia.

⁷ O nome da curva é em homenagem ao economista australiano A. Philips, autor do célebre artigo de 1958, que apresentou relação inversa entre desemprego e inflação.

Figura 2



Mas isso não foi suficiente para dar uma explicação sobre a aparente desordem da economia nos anos 70. Como vimos, uma seqüência de graves problemas solapou definitivamente a confiança no edifício teórico neokeynesiano e contrariou a suposta estabilidade da Curva de Philips. Os neokeynesianos não tinham respostas satisfatórias.

As críticas monetaristas foram as únicas, a princípio, realmente ouvidas⁸ (Klamer, 1988). O objetivo era convencer que as idéias neokeynesianas sobre os efeitos das políticas não seriam válidas no longo prazo e apenas atrasariam o processo de reequilíbrio da economia. Outra crítica forte ao modelo então dominante foi a afirmação de Milton Friedman de que a Curva de Philips era instável no curto prazo. E pior, a curva seria vertical no longo prazo, pois a economia tendia sempre para uma **taxa de desemprego natural**.

Mais uma vez, não havia, entre os neokeynesianos, resposta à altura⁹. Pior, dois de seus mais importantes críticos foram agraciados com o Prêmio Nobel: em 1974, Friedrich von Hayek, militante do livre mercado, e, em 1976, o próprio Friedman (Hobsbawn, 1996).

No entanto, as discussões entre as escolas não satisfaziam e não apontavam soluções teóricas para os novos problemas de inflação e desemprego. As

⁸ Nesse momento, outras escolas de pensamento econômico também fizeram suas críticas. Por exemplo: os **pós-keynesianos** reafirmaram suas críticas à síntese neoclássica e à desconsideração da incerteza radical; e os **marxistas** voltaram suas cargas contra a perpetuação de sistemas injustos de trabalho e renda, etc.

⁹ É bom ter em mente que neste, como na maioria dos debates em teoria econômica, não se trava uma batalha técnica, mas, sim, ideológica, de princípios incompatíveis e visões *a priori* sobre a sociedade humana. Por isso, o impasse às vezes é inevitável.

dificuldades com a mundialização do capital, a chamada globalização, pôs em andamento um processo em que os diferentes Estados nacionais ficavam cada vez mais à mercê de um incontrolável mercado mundial. Um mercado que deixava atônitos inclusive governos liberais, posto que, mesmo afirmando o liberalismo, intervinham na economia (Hobsbawn, 1996).

3.2 - Os novos-clássicos e a introdução das expectativas racionais¹⁰

A nova escola nasce sob o signo das grandes mudanças, propondo novas frentes de pesquisa em um corpo teórico, que, com o tempo, se tornou mais e mais coeso. Seu ataque à síntese neokeynesiana voltou-se para dois campos:

- a) a falta de rigor dos modelos macroeconômicos, assinalando o apriorismo não só na desconsideração de algumas variáveis e resíduos, como também na escolha do que era endógeno (explicado pelo modelo) e do que era exógeno. Essa escolha nada tinha de fortuita. Na verdade, as variáveis consideradas endógenas são determinadas pela ação do setor privado, enquanto pelas exógenas respondia o governo (Carcanholo, 1995). Ou seja, se as variáveis exógenas não eram afetadas pelo sistema econômico, essa interpretação dava ao governo enorme poder para intervir na economia;
- b) a crítica teórico-metodológica. Segundo os novos-clássicos, se o agente econômico é racional ao maximizar seu bem estar no presente, deveria também ser capaz de otimizar suas expectativas em relação ao futuro. Ou seja, o agente também deve ser racional na formulação de suas expectativas (Carcanholo, 1995). Além disso, criticava-se também a ausência de uma teoria dos preços entre os neokeynesianos. Tratar essa questão apenas afirmando a rigidez de preços era visto como outro apriorismo forte.

As críticas à ortodoxia e suas dificuldades em responder aos problemas da época deram novo fôlego aos economistas que viam no mercado a melhor maneira de as sociedades alcançarem a eficiência produtiva e distributiva. Suas idéias e princípios vão buscar a fonte em economistas clássicos, como León Walras, resgatando-os para a economia moderna, mas indo além e agregando um poderoso conceito: as expectativas racionais.

¹⁰ Os instrumentos analíticos utilizados pelos autores dessa escola serão expostos e discutidos nas seções seguintes.

O conceito de expectativas racionais tem origem com os trabalhos de John F. Muth, nas décadas de 50 e 60, a partir da percepção da interação entre preços esperados e preços efetivos. Sua importância para os novos-clássicos está em fornecer uma poderosa ferramenta capaz de relaxar a hipótese clássica de informação perfeita, permitindo explicar as flutuações econômicas a partir de choques tanto previstos como imprevistos nas variáveis econômicas.

De acordo com esse conceito, os agentes formariam suas expectativas utilizando eficientemente as limitadas informações disponíveis e as distribuições de probabilidade sobre os eventos possíveis, interpretando (distribuição subjetiva) de modo idêntico a teoria econômica relevante (probabilidade objetiva). Assim, as expectativas formadas pelos agentes tenderiam, na média, a coincidir com os valores efetivos. Porém, para isso, é necessário que não haja repetição sistemática de erros, ou seja, qualquer correlação entre erros deve ser imediatamente corrigida, e as expectativas refeitas.

Matematicamente, temos¹¹ \mathbf{X} , uma variável estocástica qualquer que pode assumir os valores X_1, X_2, \dots, X_n . O valor esperado da variável \mathbf{X} é igual à esperança matemática de \mathbf{X} :

$$E(\mathbf{X}) = \int_a^b \mathbf{X} \cdot f(\mathbf{X}) d\mathbf{X} \quad (1)$$

Se considerarmos a I_{t-1} a informação disponível no período em que o agente fará a previsão, então $f(X_t | I_{t-1})$ significará a probabilidade condicionada (pela informação) de ocorrer o evento. A partir disso, definimos as expectativas condicionadas como:

$$E(X | I_{t-1}) = \int_a^b X \cdot f(X | I_{t-1}) dX_t \quad (2)$$

A previsão de erro é igual a zero. Assim,

$$\varepsilon = X_t - E[X_t | I_{t-1}] \quad (3)$$

Essa previsão de erro igual a zero tem duas propriedades:

$$a) E[\varepsilon_t | I_{t-1}] = E[X_t | I_{t-1}] - E[X_t | I_{t-1}] = 0 \quad (4)$$

¹¹ O modelo acima foi extraído de Sheffrin (1983).

Ou seja, a expectativa de erro deve ser igual a zero.

$$b) E[\varepsilon_t \cdot I_{t-1} | I_{t-1}] = 0 \quad (5)$$

Ou seja, não é possível melhorar a previsão com outras informações.

Assim, as expectativas subjetivas são, em média, iguais aos valores verdadeiros de X :

$${}_{t-1}X_t^e = E[X_t | I_{t-1}] = 0 \quad (6)$$

Essa nova ferramenta conceitual, como vimos, permitiu, ao mesmo tempo, enfraquecer a incômoda hipótese clássica de informação perfeita e, a partir desse enfraquecimento, explicar as flutuações econômicas. Esse preceito, somado aos demais postulados clássicos, tais como agentes egoístas e *market clearing*¹², estruturava modelos econômicos poderosos, capazes de dar sentido e respostas a muitas questões pendentes no debate econômico tradicional.

Talvez por isso, o fato mais interessante nos modelos novos-clássicos esteja em, apesar de construídos para tenderem ao equilíbrio, serem capazes de dar uma explicação teórica às flutuações econômicas. Afinal, se os agentes utilizavam expectativas racionais, apenas variações inesperadas poderiam conduzi-los ao erro e, desse modo, a variações reais no produto. Por isso, tal enfoque teórico tornava-se sedutor aos economistas tradicionais atônitos frente à avalanche de problemas dos anos 70.

O primeiro artigo importante sob o novo enfoque veio com Robert Lucas e Edward Prescott já em 1971, **Investment under Uncertainty**, onde é discutido o comportamento do investimento (Klamer, 1988).

As abordagens mais modernas, baseadas nos Ciclos Reais¹³, afirmavam a neutralidade da moeda, e isso era mais uma consequência das expectativas racionais. E mais, os economistas da escola avançavam, apontando o progresso técnico como uma das fontes reais e positivas que geravam ciclos econômicos. Afinal, ao se alterarem os ganhos de produtividade, alteravam-se também os preços relativos e estes, por sua vez, obrigavam os agentes racionais e egoístas a se reposicionarem no universo econômico. Essa abordagem permitia o aparecimento de três importantes resultados:

¹² Entendemos *market clearing* como a não-existência ou constituição de estoques indesejados após a realização das trocas no mercado.

¹³ Os modelos iniciais viam as fontes dos ciclos econômicos nos movimentos imprevistos na oferta de moeda.

- a) os ciclos seriam conseqüências do desenvolvimento tecnológico;
- b) as flutuações no nível de emprego deveriam ser creditadas as *sectorial shifts* (mudanças setoriais). Isto é, o desemprego é só um período onde as pessoas estão mudando de emprego, e a recessão seria exatamente esse período de ajuste. Resumindo, o desemprego continuava sendo, como nos clássicos, friccional;
- c) as variações da oferta de moeda eram incapazes de explicar os ciclos.

As novas frentes de pesquisa abertas pela teoria obtiveram, inicialmente, resultados que pareciam muito bons. A hipótese era lógica e conseguia explicar as flutuações como variações de curto prazo, além disso era consistente com o equilíbrio clássico no longo prazo. Empiricamente, os resultados iniciais também favoreciam a escola.

No entanto, não demorou para pesquisas mais aprofundadas contrariarem o aparente sucesso, principalmente em relação à neutralidade da moeda: (a) a importância da defasagem temporal entre oferta de moeda e nível de preços não se confirmou; (b) os efeitos monetários sobre a taxa de juros, salários reais e consumo não se realizaram; e (c) os agregados monetários mais amplos pareciam ser os mais importantes em relação ao produto. Assim, mesmo com a construção de novos modelos¹⁴, os ataques sofridos pela escola enfraqueceram-na. Segundo Dornbusch (1992), a decadência deveu-se a três motivos: (a) ao mostrarem que não adiantava intervir na economia, os novos-clássicos esgotaram rapidamente sua agenda de pesquisa; (b) a escola foi econometricamente mal-sucedida; e (c) ao descartar a questão do desemprego, falhou na percepção do seu movimento durante o ciclo.

Logo, também a nova escola sofreu ataque de uma legião de autores, com diversas críticas e enfoques. É a partir deles que surge outra escola: a dos **novos-keynesianos**, um grupo novo e nada homogêneo.

¹⁴ Os novos modelos são baseados na **teoria do ciclo econômico real**, onde os choques reais passam a explicar as flutuações.

3.3 - A crítica não fundamental dos novos-keynesianos¹⁵

A escola novo-keynesiana¹⁶ não nasceu propondo uma mudança profunda na maneira de pensar a macroeconomia. Sua ambição era, segundo Barro (1992), resgatar a respeitabilidade perdida dos modelos da síntese neoclássica (neokeynesiana), através da busca de fundamentos microeconômicos que explicassem a rigidez de preços e salários¹⁷ — causa básica, por eles apontada, para as falhas do mercado mesmo frente a agentes maximizadores e racionais. Davidson (1992), citando Parkin, define-os como

“(...) um programa de pesquisa que procura explicar flutuações agregadas como consequência de impedimentos para a coordenação de escolhas dos agentes racionais que individualmente maximizam, mas coletivamente não conseguem atingir uma alocação Pareto-Eficiente” (Davidson, 1992, p. 449).

Os novos-keynesianos (às vezes denominados *nukes*) vêem os agentes como formadores de preços, isto é, agentes capazes de, com algum grau de liberdade, decidir sobre seu preço e de sustentar esse valor, que só sofreria alteração mediante variações em suas curvas particulares de custo. Ou seja, está suposto aqui que há rigidez na alteração ou, pelo menos, muita viscosidade na variação de preços.

No entanto, repare, seus modelos conservam e são construídos com as mesmas ferramentas utilizadas pelos novos-clássicos:

- a) agentes individuais racionais dotados de expectativas racionais;
- b) agentes egoístas e maximizadores do próprio bem-estar;
- c) busca de fundamentos microeconômicos para justificar flutuações macro; e
- d) abordagem matemática.

¹⁵ Os instrumentos analíticos utilizados pelos autores dessa escola serão expostos e discutidos nas seções seguintes.

¹⁶ Dadas as diferenças entre os autores novos-keynesianos, talvez seja exagero considerá-los como pertencendo a uma escola de pensamento. Na verdade, há apenas uma agenda de pesquisa que tem claro que o mercado não possui um mecanismo de ajuste automático, dada a rigidez nos preços. Assim, mesmo com os agentes otimizando seu comportamento, os resultados keynesianos permanecem.

¹⁷ Cabe lembrar que, segundo Gordon (1990), os novos-keynesianos não consideram importante a rigidez de salários, embora Dornbusch (1992) cite os modelos de *insider-outsider* ao explicar as falhas do mercado de trabalho.

A diferença fundamental é a já citada acima: considerar que, por motivos microeconômicos, os preços deixam de ser flexíveis (competitivos), o que leva a descartar o *market clearing* automático, isto é, o perfeito ajuste de mercado através da interação entre as forças de oferta e demanda apenas.

Na verdade, seus modelos assimilaram as críticas desferidas pelos novos-clássicos em relação à teoria hegemônica dos anos 60 (ver seção anterior). Além de buscar um maior rigor econométrico, mesmo que ainda passivos de algum apriorismo, os autores novos-keynesianos construíram fundamentos microeconômicos a fim de justificar sua hipótese de preços rígidos, ou seja, tentaram construir uma teoria de formação dos preços. E quais fundamentos eram esses? Para os *nukes*, os preços sofrem de rigidez devido a:

- a) **contratos nominais**, que abrangem mais de um período de produção. Isso cria uma certa inércia nos reajustes, impedindo alterações imediatas frente a mudanças no cenário;
- b) **custos de menu**, referindo-se aos diversos custos em que incorre uma firma ao decidir alterar seus preços. Estes não se limitam à impressão de novos catálogos, mas abrangem negociações e acordos prévios com fornecedores e distribuidores;
- c) **concorrência imperfeita**, ou seja, estruturas de mercado que dão ao ofertante certo poder na definição dos preços — oligopólios, concorrência monopolística, cartéis, etc. Logicamente, isso permite a realização de preços não competitivos¹⁸, o que marcadamente dificulta o perfeito ajuste do mercado.

É exatamente essa rigidez de preços, ao condicionar o funcionamento do mercado, que impede o *market clearing*. Como? Vejamos.

Em primeiro lugar, conhecemos o comportamento maximizador dos agentes, que, em busca do seu bem-estar, agiriam através das expectativas racionais. No entanto, a complexidade de estruturas bastante comuns do relacionamento econômico impediria que os agentes alterassem livremente seus preços.¹⁹ Nesse ambiente, uma situação de estoques indesejados não pode ser ajustada através de redução dos preços. Com isso, a tendência de o ofertante reduzir os pedidos aos seus fornecedores no período produtivo seguinte é muito grande. O resultado é o início de uma seqüência de redução de pedidos que pode culminar em uma baixa cíclica da economia. Ou seja, as flutuações

¹⁸ Para uma opinião afirmando que mesmo mercados em concorrência imperfeita tendem a preços competitivos, ver o instigante artigo de Baumol (1988).

¹⁹ Não precisamos falar em preços rígidos. É necessário apenas que estes se movam numa velocidade insuficiente para que se formem estoques indesejados.

econômicas nascem, para os novos-keynesianos, de sua hipótese fundamental de rigidez de preços e salários. Não havendo variação rápida nos preços, qualquer mudança de curto prazo no PIB nominal explica-se através de uma alteração na produção.

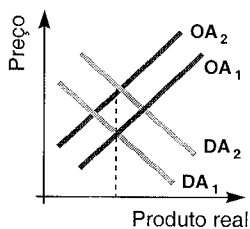
Observe, e é muito importante perceber, que isso torna novamente justificada a atuação governamental, posto que, em um mercado problemático ou ineficiente, ações corretivas podem beneficiar o conjunto econômico. Um retorno, em termos de resultado teórico, ao neokeynesianismo.

Graficamente, podemos apresentar as teorias novo-clássica e novo-keynesiana como na Figura 3.

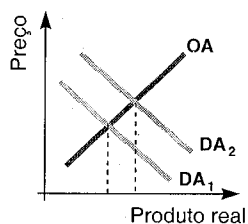
Figura 3

Diagrama das teorias hegemônicas nas décadas de 70 e 80

Novo-clássico (anos 70)



Novo-keynesiano (anos 80)



NOTA: Elaboração própria, baseada em Klamer (1988).

4 - As diferenças entre as escolas novo-clássica e novo-keynesiana

As diferenças entre as escolas não são tão pronunciadas quanto parecem. Em outras palavras, partindo de visões de ciência semelhantes²⁰, o que as afasta realmente é “apenas” um princípio, uma hipótese polêmica, mas poderosa o suficiente para levar a resultados díspares.

Primeiro devemos ter claro que não é a hipótese de expectativas racionais que define a escola novo-clássica. Tanto estes como os novos-keynesianos

²⁰ A questão epistemológica será discutida na seção 6.

partilham essa mesma hipótese. Todavia os novos-clássicos resgatam a tradição de equilíbrio geral walrasiano, ao apostar em uma macroeconomia que

“(...) assume uma teoria dos preços na tradição *market-clear*, onde preços e quantidades devem ser vistos como resultados de decisões livres tomadas pelos agentes e em situação de concorrência (...)” (Carcanholo, 1995, p. 71).

Os novos-keynesianos, por sua vez, ao afirmarem que há rigidez na movimentação dos preços, não só diferem em uma hipótese básica, como prepararam o terreno para resultados também bastante diferentes, de acordo com a tradição keynesiana. Ou seja, é o que se agrega à hipótese de expectativas racionais que diferencia as escolas.

A hipótese de preços rígidos, como vimos, justifica-se em três fatores: (a) contratos que incluem mais de um período de produção; (b) custos de menu; e (c) concorrência imperfeita. Porém os novos-clássicos recusam essa hipótese. Na verdade, a recusa do postulado de preços rígidos tem uma razão muito mais “importante” do que razões lógicas ou empíricas. Em realidade, o postulado de preços flexíveis faz parte do seu *hardcore*²¹ clássico, e negá-lo significaria não apenas pôr em risco resultados e conhecimento adquirido, mas, principalmente, as crenças mais profundas dos pesquisadores. Significaria colocar em dúvida sua própria ideologia.²²

A recusa é enfática. Contudo, de modo algum, aceita-se a acusação de que trabalham com uma hipótese irrealista (livre flutuação de preços). Para os novos-clássicos, a hipótese de preços rígidos não é considerada melhor, pois

“(...) um princípio alternativo, como postular a existência de um terceiro agente leiloeiro induzindo a salários rígidos e *uncleared market*, é **similarmemente irrealista** (grifo nosso) (...)” (Lucas, Sargent, 1979, p. 311).

Uma segunda diferença, resultado da primeira, está na recusa do *market clear* automático por parte dos novos-keynesianos. Se para os novos-clássicos o *market clearing* é fruto das interações do mercado para ajustar o preço à igualdade entre oferta e demanda, os novos-keynesianos refutam esse automatismo eficiente do mercado, ao recusar flexibilidade aos preços.

²¹ Sobre esse conceito, ver Lakatos e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC). Ver, também, Blaug (1988).

²² Esse tema será melhor discutido nas seções 6 e 7. Para leituras sobre o tema, ver Chauí (1980) e Prado (1988).

Outra diferença está na definição do ambiente econômico. Para os novos-clássicos, o ambiente é sempre de concorrência perfeita²³, conduzindo a economia ao equilíbrio competitivo. Por outro lado, os novos-keynesianos trabalham, essencialmente, com concorrência imperfeita, levando-os a construir modelos sustentados em outros pressupostos, tais como:

- a) as firmas são formadoras e não tomadoras de preços, ou seja, têm uma parcela de poder sobre o mercado;
- b) as decisões de preço são tomadas sempre levando em conta o comportamento do concorrente;
- c) as alterações de preços têm um custo superior ao ganho de alterá-los continuamente. Assim, estes serão alterados apenas periodicamente, o que conduz a ajustes não sincronizados, com implicações sobre o ciclo econômico.

Um ponto um pouco mais sutil que também diferencia as duas escolas é quanto à necessidade ou não de os agentes terem informações completas. Para os novos-clássicos, é imprescindível que os agentes **não** tenham informações completas, pois assim conseguem explicar, através de choques imprevisíveis, boa parte dos problemas gerados pelas flutuações da economia. Afinal, caso possuíssem toda informação, a hipótese de expectativas racionais os levaria a promover ajustes de suas posições econômicas, neutralizando quaisquer alterações que os afastasse da eficiência. Diferentemente, em termos de *market clear*, é desprezível aos novos-keynesianos se os agentes são plenamente informados, pois, como vimos, a razão das falhas do mercado está nos preços rígidos.²⁴

Por tudo isso, surge uma importante diferença entre as duas escolas: qual o papel do Estado na economia? Para os novos-clássicos, não há para este um papel de relevo no que tange à eficiência do mercado e à melhoria das condições de vida da sociedade. Por quê? Vejamos, com um exemplo: imagine um política econômica anunciada. Os novos-clássicos afirmam em seus resultados a ineficiência de políticas econômicas previstas. Segundo eles, nenhuma alteração futura já sabida surtirá efeito entre os agentes que possuam expectativas racionais, posto que sua ação racional os faz reajustar suas posições. Apenas mudanças inesperadas poderiam ter impacto real. Em uma posi-

²³ Embora Barro (1992) afirme que não é necessário esse ambiente para a teoria novo-clássica. Segundo ele, a concorrência imperfeita poderia ser perfeitamente incorporada aos modelos de ciclo econômico real.

²⁴ A falta de informação, no entanto, pode ser útil para explicar a existência de rigidez nos preços.

ção diferente e típica, os novos-keynesianos, ao afirmarem que o mercado não é completo para levar a uma situação de ótimo, são necessárias e bem-vindas ações corretoras por parte do Estado. Ou seja, intervenções do Estado na economia são encaradas como desejáveis.

Um último ponto de discórdia entre as escolas está na econometria. Para os novos-keynesianos, quais são as relações que se estabelecem entre as variáveis endógenas e as exógenas e, principalmente, quais são essas variáveis é considerado claro. Entretanto, se retomarmos a crítica dos novos-clássicos ao apriorismo econométrico dos neokeynesianos, é provável que esta permaneça para os novos-keynesianos. Os novos-clássicos acham difícil separar quais são as variáveis endógenas das exógenas.

Porém tantas diferenças não revelam a importância das semelhanças. Por isso, esse é o nosso tema a seguir.

5 - A semelhança na verdade é maior do que a diferença

Já observamos acima que as semelhanças entre as escolas são muito mais profundas e mais importantes que as diferenças. Mas quais são elas? Em que se baseiam?

Não é difícil observar que as semelhanças entre as escolas devem-se, em grande parte, ao fato de os novos-keynesianos assimilarem as críticas desferidas pelos novos-clássicos aos antigos neokeynesianos (Carcanholo, 1995). O triunfo recente dos primeiros — a partir dos anos 80 — está em fornecer os fundamentos microeconômicos para suas proposições, gerando explicações plausíveis para situações que o modelo IS-LM não conseguiu.

A assimilação dessas críticas aproximou a visão e o modo de fazer ciência econômica apresentados por ambas as escolas. A lógica naturalmente é impecável; no entanto, não nos devem passar despercebidos os problemas dos pressupostos e das hipóteses. Notadamente, os novos-clássicos, tomando Robert Lucas²⁵ por referência, não estavam preocupados com o realismo de suas hipóteses, mas, sim, com a utilidade delas na explicação dos fenômenos, algo semelhante à cláusula “*as if*” do clássico artigo de Friedman (1979). Ou seja, segundo eles, importa mais para a ciência sua capacidade de explicação através de hipóteses e modelos, que, mesmo “irrealistas”, imitam o comportamento

²⁵ Robert Lucas, um dos mais brilhantes economistas americanos, é considerado um dos fundadores da escola novo-clássica. De extrema competência, tem artigos publicados nas mais importantes revistas científicas do mundo.

da sociedade, conduzindo a resultados satisfatórios em termos de previsão. Isto é, o modelo funcionaria “como se” (*as if*) a sociedade se comportasse da maneira por ele descrita, gerando resultados falseáveis pela realidade. É fácil notar, por esse caminho, que o paradigma científico dos novos-clássicos atinge duas metas:

- a) salva sua abordagem das típicas críticas ao irrealismo de suas hipóteses; e
- b) restringe sensivelmente o conceito de ciência, ao aceitar como científico apenas aqueles argumentos que conduzem, inequivocamente, a resultados particulares, leia-se testáveis.

Com isso, tudo mais que não seja demonstrativo é, para eles, não científico. Desse modo, o progresso no pensamento econômico significa tornar-se mais e mais abstrato, assim como seus modelos correspondentes. Nas palavras de Vercelli (1991): “(...) é reconhecido que, qualquer modelo que seja suficientemente articulado para prover respostas claras para as questões que fizermos a partir dele, será necessariamente ‘artificial, abstrato, patentemente irreal’” (Vercelli, 1991, p. 141, citando Lucas).

Uma boa parte dessa visão de ciência é partilhada pelos novos-keynesianos. Se observarmos suas hipóteses e pressupostos (Quadro 1), veremos que seu método de fazer ciência é semelhante ao utilizado pelos novos-clássicos.

Quadro 1

Principais características das escolas novo-clássica e novo-keynesiana

NOVOS-CLÁSSICOS (segunda metade da década de 70)	NOVOS-KEYNESIANOS (segunda metade da década de 80)
<ul style="list-style-type: none"> • Equilíbrio competitivo de preços e quantidades • Expectativas racionais • Equilíbrio geral walrasiano • Modelos de maximização intertemporal e estocásticos • Tempo lógico 	<ul style="list-style-type: none"> • Rigidez de preços e salários e imperfeições de mercado • Expectativas racionais • Modelos de maximização intertemporal e estocásticos • Tempo lógico

NOTA: Ambas são escolas do *mainstream* macroeconômico e utilizam o mesmo ferramental.

Excetuando a busca do equilíbrio geral nos moldes walrasianos, impedido nos novos-keynesianos, aliás, pela hipótese de rigidez nos preços, podemos listar as semelhanças como:

- a) ambas as escolas utilizam o indivíduo médio, isto é, a mesma visão marshalliana de um agente representativo com comportamento semelhante aos demais do grupo onde está classificado;
- b) o postulado clássico de que os agentes agem em seu próprio interesse (agentes egoístas) é também partilhado por ambas;
- c) tais agentes maximizam sua utilidade ou seu lucro em qualquer uma das duas;
- d) e fazem isso intertemporalmente, isto é, em qualquer uma, há formação de expectativas que supõe períodos futuros;
- e) e tanto agentes novos-clássicos quanto novos-keynesianos otimizam essas expectativas através do uso de expectativas racionais, que permitem a eles construir distribuições de probabilidade, formarem cenários semelhantes à teoria relevante e tomarem a melhor decisão;
- f) os autores das duas escolas modelam sob a hipótese clássica de tempo lógico, isto é, um tempo dividido em períodos tais que as decisões tomadas em um período podem ser revertidas no próximo;
- g) a busca do equilíbrio está presente em ambas, embora os novos-keynesianos o modifiquem devido à introdução e ao desenvolvimento do equilíbrio em concorrência imperfeita;
- h) são, portanto, teorias que pensam de modo semelhante através da construção de microfundamentos para a macroeconomia; e, por fim,
- i) fazem tudo isso utilizando ferramental matemático.

Tantas semelhanças não significam que as discussões pontuais sejam menos acaloradas ou as críticas menos duras. Todavia fica claro que ambas fazem parte da mesma tradição clássica e que suas rurgas são de somenos importância. Afinal, enxergam a essência da sociedade da mesma maneira: indivíduos egoístas e racionais, maximizadores do seu bem-estar e capazes de modificar suas posições no tempo lógico.

Desse modo, pela própria proposta da ciência novo-clássica partilhada pelos novos-keynesianos, somos levados à conclusão de que tal visão não permite a crítica, a não ser interna, a partir do próprio paradigma. Torna-se, portanto, um receituário que dá “passo a passo” **o que é e como deve ser feito ciência**. Isso coloca fora da sua área de preocupação toda e qualquer contribuição que não siga tais passos, desqualificando todas as demais abor-

dagens da realidade e construindo, assim, uma ideologia da ciência, ou simplesmente, uma ideologia²⁶. Porém, como diz Prado (1988) citando Schumpeter,

“(...) descartar as proposições ou os sistemas de proposições que não se aprecia, carimbando-as de ideológicas, é um truque (...) ‘sem dúvida muito eficaz (...) mas logicamente inadmissível’” (Prado, 1988, p. 46).

6 - Racionalidade e equilíbrio

A idéia de racionalidade parece um campo magnético para conceitos como eficiência, maximização e produtividade. Isto se deve ao significado clássico dado ao conceito de racionalidade, que reputa racional o comportamento que busca fins coerentes entre si e utiliza os meios mais adequados para alcançá-los.

Porém, para que essa racionalidade apareça, é necessário que a teoria econômica a mostre, ou seja, para que os comportamentos sejam reconhecidos como racionais, é necessário que a teoria assim os veja e ressalte este e aquele comportamento como tal. No entanto, e é bom ter claro, a mesma teoria econômica é construída baseada sobre a hipótese de que esses mesmos comportamentos, que ela declarou racionais, sejam generalizados, ou seja, “(...) a racionalidade econômica e a racionalidade da ciência econômica são **uma só e a mesma questão** e que o conhecimento da racionalidade econômica **depende inteiramente** da verdade das hipóteses elaboradas pelos economistas (...)” (Godelier, 196-?, p. 36).

Por isso, em uma análise da racionalidade econômica capitalista, o que estamos analisando primeiro é o comportamento racional dos agentes (Godelier, 196-?) Enfim,

“(...) a questão da racionalidade dos sistemas capitalistas e da prática econômica dos indivíduos no interior desse sistema se acha, portanto, inteiramente dependente da explicação pela ciência econômica da natureza e da origem: do valor de troca de uma mercadoria (...), da moeda, dos preços, dos lucros (...) e dos salários. Depende, portanto, da **validade das definições das categorias fundamentais** da teoria econômica (...)” (Godelier, 196-?, p. 37).

²⁶ Sobre o conceito de ideologia, ver Chauí (1980) e Prado (1988).

Sendo assim e percebendo que alguma ação é dita racional porque a teoria o diz que é, e que ao mesmo tempo deve ser assim, posto que os comportamentos racionais constituem os alicerces da teoria, essa abordagem do problema nos leva a duas observações. Em primeiro lugar, claro está que ambas as escolas têm que seus agentes são racionais de acordo com a definição clássica de comportamento racional, qual seja: racional é o comportamento que, visando a um objetivo, utiliza os meios mais adequados para alcançá-lo. Isto é, uma racionalidade maximizadora nos comportamentos²⁷. Essa perspectiva apenas foi tornada mais poderosa pela inclusão das expectativas racionais. Em segundo lugar, tanto novos-clássicos quanto novos-keynesianos fazem dessa racionalidade, por eles mesmos sublinhada, a base de suas teorias.

Todavia o fato de o comportamento dos agentes ser verdadeiramente o mesmo descrito pelas teorias não importa realmente para os novos-clássicos e para os novos-keynesianos. Como vimos na seção anterior, de acordo com a visão de ciência de ambas as escolas, não importa muito se os pressupostos e as hipóteses dos modelos são realistas ou não. O que importa é se os resultados oferecidos por eles são particulares o suficiente para serem passíveis de refutação pela realidade. Será esse confronto que dirá se o modelo deve permanecer, ou se é ruim e deve ser descartado. Mas observe quão complicado é aceitar essa visão frente ao que discutimos antes.

Claro está que "(...) a idéia de que não se deve preocupar com 'pressupostos' irrealistas se as teorias deles deduzidas conduzem a predições falseáveis, levou economistas, já inclinados por hábito e tradição, a uma visão puramente instrumental de seu objeto de estudo" (Blaug, 1988, p. 1).

Assim, se "(...) a racionalidade econômica e a racionalidade da ciência econômica são uma só e a mesma questão e que **o conhecimento da racionalidade econômica depende inteiramente da verdade das hipóteses elaboradas pelos economistas**" (Godelier, sd, p. 36), então, logicamente, temos de afirmar que, se nossas hipóteses são irrealistas, pouco ou nada sabemos sobre a real racionalidade econômica. Isto é, se supormos uma racionalidade econômica em nossa teoria e esta está distante da realidade, temos que admitir que não conhecemos qual é a verdadeira racionalidade econômica. Isto nos leva a afirmar que pouco sabemos de nosso ambiente social e que nossa teoria econômica é um brinquedo lógico de fazer previsões. Não é, portanto, conhecimento.

²⁷ Para uma discussão sobre racionalidade instrumental, ver Simon (1979). Para crítica a essa racionalidade, ver Vercelli (1991) e também Possas (1995).

Este é um assunto muito polêmico e merece melhor análise.

Descendo um pouco o nível da abstração, podemos afirmar que os conceitos de racionalidade e equilíbrio estão imbricados, de formas diferentes, em ambas as escolas. Isto é, se para os novos-clássicos, os agentes independentes e racionais, por meio do seu comportamento egoísta, conduzem a economia ao equilíbrio, para os novos-keynesianos, os mesmos agentes independentes, egoístas e racionais, mesmo ao maximizarem, ao se verem em um ambiente diferente — ambiente de preços rígidos —, não são capazes de levar a economia ao equilíbrio. Se, para a primeira escola, a racionalidade e as expectativas racionais só permitem flutuação se não for possível prever algum acontecimento relevante, o que conduziria os agentes ao erro, a segunda escola tem para si que as flutuações — e, portanto, a ausência de equilíbrio — são um fato normal da economia capitalista, independente e mesmo insanável a partir apenas da racionalidade maximizadora dos agentes.

Ou seja, podemos ver, portanto, que a racionalidade dos agentes é exatamente a mesma em ambas as escolas; contudo o equilíbrio de *cleared market* não se constitui para os novos-keynesianos devido “apenas” à existência de barreiras à coordenação entre os agentes.

Mesmo assim, em toda essa polêmica, a visão de ciência dos autores dessas escolas é o assunto mais importante. E por quê? Simples. Ao isolar sua abordagem, blindando-a contra ataques vindos de fora do seu *hardcore*, esses autores ignoraram outras formas de contribuição ao conhecimento científico-acadêmico. O resultado dessa postura pode ser, como realmente aconteceu nos anos 80 e 90, o isolamento entre debatedores de diferentes escolas. Ainda assim, o desfecho seria pior: tal isolamento pode impedir completamente a comunicação, coisa indispensável à aquisição de conhecimento.

Por esse motivo, à guisa de conclusão, faremos alguns comentários sobre essa questão.

7 - Conclusão: alguns comentários

A partir de tudo que vimos e discutimos, o que podemos enxergar dentro do debate travado pelas duas mais importantes escolas da macroeconomia neoclássica contemporânea?

Muitos podem ser os pontos levantados. Talvez o mais importante, entretanto, seja o fato de as diferenças entre as escolas não superarem fundamentalmente sua semelhança, qual seja ela: o fato de serem filhas de uma mesma linhagem de interpretação do saber científico, que valoriza a tal ponto o método, que termina por relativizar a busca do conhecimento como meta da ciência. Isso guarda perigos, cujo mais grave é afastar-nos da realidade, criando a perfeita definição de ideologia.

Vejamos um pouco mais a fundo essa questão. Schumpeter, em **História da Análise Econômica**, percebe a força dos condicionamentos sociais e históricos na formação das idéias, isto é, para ele não há pensamento que, ao nascer, não esteja contaminado pelo meio e pelo momento histórico. A compreensão da realidade não está, portanto, imune a distorções devido a situações de natureza social. Sendo assim, “(...) as ideologias [são definidas em Schumpeter] como superestruturas ideais que se erguem sobre a estrutura social objetiva e tendem a refleti-la de maneira oblíqua e justificatória” (Prado, 1988, p. 44).

De outra maneira, “(...) são formações marcadas por subjetivismos que têm origem na vida social. Elas transfiguram e falseiam a realidade, é certo, mas podem conter, ainda assim, proposições empiricamente verdadeiras” (Prado, 1988, p. 46).

Ou seja, nascidos da vivência, mas de uma vivência particular, os sistemas explicativos e justificativos da realidade não são de todo falsos ou errados. Talvez o mais próximo que possamos falar seja: tratam-se de sistemas parciais, incompletos. Dessa maneira, não cabe, não é possível descartá-los *a priori*.

Todavia, se essa ideologia é composta por um

“(...) sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores — os teóricos, os ideólogos, os intelectuais — não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência (...) [e] sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias” (Chauí, 1986, p. 65),

podemos ter claro que a teoria econômica é o tempo todo contaminada por essa parcialidade. A mesma parcialidade que conduz, normalmente, a visões sobre a realidade e julga, *a priori*, qualquer fenômeno.

Sob essa luz, a riqueza lógica derivada das hipóteses das duas escolas, novo-clássica e novo-keynesiana, pode não ser suficiente para acolhermos seus resultados. Estes não podem deixar de estar contaminados por julgamentos pessoais na construção ou na aceitação das hipóteses, e estas, por sua vez, na sua origem derivam do ambiente social e histórico vivido por quem as emite ou aceita.

Ah! Mas isso serve para qualquer pensamento social. Está certo. No entanto, ao perceber a irrealidade de suas hipóteses fundamentais, os economistas das escolas que estudamos parecem não se preocupar com o caráter ideológico delas, pois, para eles, o falsificacionismo dará conta de separar a boa e a má ciência. Isso, todavia, abre um corredor imenso, sem fim, para qualquer hipótese, por mais explicitamente contaminada que esteja. E o que

pode ocorrer? Esse procedimento pode levar ao afastamento da meta de conhecer a realidade objetiva.

Sendo assim, ao termos certeza da inevitabilidade da influência da subjetividade sobre a formação do conhecimento, da posição afastada dos intelectuais da reprodução diária das condições de existência — presente em toda teoria social — e do critério particular de ciência das duas escolas, torna-se inescapável que ambas se transformem em sistemas ideológicos quase puros. Isto é, ao se fecharem em seus paradigmas e não permitirem a crítica que abale suas hipóteses, produziram um sistema explicativo e justificativo da realidade, que, mais do que construir um portentoso edifício lógico de modelos, engendra, como já dissemos, um receituário “passo a passo” do que é e de como deve ser feito ciência, desqualificando as demais visões como ideológicas ou assuntos não econômicos. O fato de seus resultados serem falseáveis, não os isenta, em absoluto, do seu caráter ideológico.

Tudo isso já as coloca no rol comum de toda e qualquer teoria social. Porém, indo um pouco mais longe, sua preocupação em valorizar sobremaneira um método que cria resultados a partir de premissas consagradamente clássicas, impede-as de ultrapassarem resultados também considerados clássicos. Tudo isso nos dá a entender que, no longo prazo, ambas as teorias coincidem, posto que nelas o futuro é walrasiano, com todos os mercados em equilíbrio. Ou seja, a diferença assentar-se-ia apenas no curto prazo, onde os novos-keynesianos vêem espaço para as políticas macroeconômicas terem efeitos reais. Mas quanto tempo vale esse curto prazo?

Mais importante, contudo, é perceber que, dadas as semelhanças entre as duas escolas, parece estarmos mais próximos da construção de uma agenda de pesquisa do que de um debate entre posições irreconciliáveis. Assim e especulando um pouco, é provável que os novos-keynesianos sejam a síntese necessária para o surgimento de uma nova ortodoxia econômica.

Bibliografia

- BARRO, Robert. Novos-clássicos e novos-keynesianos, ou os mocinhos e os bandidos. **Literatura Econômica**, Brasília: Ipea, n. esp., p. 1-15, jun. 1992.
- BAUMOL, William, PANZAR, WILIG. **Contestable markets and the theory of industry structure**. London: Harcourt Brace, Jovanovich, 1988.
- BLANCHARD, Olivier. Novos-clássicos e novos-keynesianos: a longa pausa. **Literatura Econômica**, Brasília: Ipea, n. esp., p. 16-30, jun. 1992.

BLAUG, Mark. Kuhn versus Lakatos ou paradigmas versus programas de pesquisa na história da ciência econômica. In: BIANCHI, Ana M. **Metodologia da economia**. São Paulo: IPE-USP, 1988. 146p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Novos-clássicos e novos-keynesianos: uma nova roupagem para um velho debate. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 9-10, n. 2, n. 1, p. 67-63, jul.-dez. 1995.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 126p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Edição francesa de 1994.

DAVIDSON, Paul. Would be Keynes a new-keynesian? **Eastern Economic Journal**, v. 18, n. 4, p. 449-463, fall 1992.

DORNBUSCH, Rudiger. Novos-clássicos e novos-keynesianos. **Literatura Econômica**, Brasília: Ipea, n. esp., p. 31-42, jun. 1992.

DOW, Sheila. **The methodology of macroeconomic thought**. Oxford: Basil Blackwell, 1996. 255p.

FIORI, José L. Os moedeiros falsos. In: — (org.) **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: HAHN, HOLLIS (orgs.) **Philosophy and economic theory**. Oxford: Oxford University, 1979. 177p.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, [196-?]. 397p.

GORDON, Robert. What is New-Keynesian Economics? **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 28, n. 3, p. 1115-1171, sept. 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 598p.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLAMER, Arjo. **Conversas com economistas**. São Paulo: EDUSP, 1988. 272p.

LUCAS, Robert, SARGENT, Thomas. After keynesian macroeconomics. **Federal Reserve Bank of Minneapolis Quartely Review**, Minneapolis, v. 3, n. 2, 1979.

POSSAS, Sílvia. Notas acerca da racionalidade econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 181-187, dez. 1995.

PRADO, Eleutério. A respeito de ideologia: ato e modo de ver. In: BIANCHI, Ana M. **Metodologia da economia**. São Paulo: IPE-USP, 1988. 146p.

SHEFFRIN, Steven. **Rational expectations**. Cambridge: Cambridge University, 1983. 203p.

SIMON, Herbert. From substantive to procedural rationality. In: HANH, HOLLIS. **Philosophy and economic theory**. New York: Oxford University, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, n. 1, p. 21- 57, ago. 1992.

VERCELLI, Alessandro. **Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas**. Cambridge: Cambridge University, 1991. 269p.